



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 6.072, DE 2025**

**(Do Sr. Ribamar Silva)**

Institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate ao Feminicídio – SINA-FEM, estabelece mecanismos integrados de proteção às mulheres, cria o Alerta Imediato de Risco Feminicida, o Monitoramento Obrigatório do Agressor, o Protocolo Nacional de Execução de Medidas Protetivas, a Rede Nacional de Acolhimento às Mulheres, o Fundo Nacional de Amparo aos Órfãos do Feminicídio, e dá outras providências.

**DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES DE:

SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO;

DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER;

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD) E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54, RICD).

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_, DE 2025 (Do Sr. RIBAMAR SILVA)

Institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate ao Femicídio – SINA-FEM, estabelece mecanismos integrados de proteção às mulheres, cria o Alerta Imediato de Risco Femicida, o Monitoramento Obrigatório do Agressor, o Protocolo Nacional de Execução de Medidas Protetivas, a Rede Nacional de Acolhimento às Mulheres, o Fundo Nacional de Amparo aos Órfãos do Femicídio, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Fica instituído o Sistema Nacional de Prevenção e Combate ao Femicídio – SINA-FEM, destinado a coordenar, integrar, executar e monitorar políticas públicas voltadas à prevenção, proteção e responsabilização nos casos de violência contra a mulher e feminicídio, em âmbito nacional.

**Art. 2º** Fica criado o Alerta Imediato de Risco Femicida – LARF, acionado sempre que houver denúncia de ameaça grave, risco iminente ou reincidência de violência contra a mulher.

§1º O alerta será disparado em até 1 (uma) hora após o registro da denúncia.

§2º O LARF será integrado às forças de segurança, unidades de saúde, assistência social e ao Poder Judiciário.

§3º O não acionamento injustificado do alerta implicará responsabilidade administrativa do agente público responsável.

**Art. 3º** Fica instituído o Monitoramento Obrigatório do Agressor – MOA.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 02/12/2025 14:38:18.223 - Mesa

PL n.6072/2025

- I – Todo agressor denunciado por ameaça, lesão corporal, tentativa de feminicídio ou cárcere privado será submetido ao monitoramento eletrônico obrigatório por até 180 (cento e oitenta) dias;
- II – A violação da área de exclusão gerará alerta automático às forças de segurança;
- III – O agressor arcará com os custos do equipamento, salvo comprovação de hipossuficiência, caso em que o Estado assumirá provisoriamente o custo.

**Art. 4º** Fica instituído o Protocolo Nacional de Execução de Medidas Protetivas – PNEMP.

§1º A medida protetiva deverá ser deferida e executada em até 6 (seis) horas após sua solicitação.

§2º Todos os órgãos envolvidos deverão registrar eletronicamente o cumprimento da medida.

§3º A omissão ou atraso injustificado na execução acarretará responsabilidade administrativa, civil e penal, nos termos da legislação vigente.

**Art. 5º** Fica criada a Rede Nacional de Acolhimento às Mulheres – RNAM, com serviços integrados de proteção psicossocial e jurídica às vítimas de violência.

**Art. 6º** Fica instituído o Programa Nacional de Casas-Abrigo Permanentes – PNCAP, com cofinanciamento federal e estadual para manutenção e expansão de unidades especializadas.

**Art. 7º** Fica criada a Lei de Responsabilidade Familiar em Casos de Feminicídio.

- I – O agressor condenado perderá automaticamente o poder familiar;
- II – O agressor condenado deverá pagar pensão mensal aos filhos da vítima até os 24 (vinte e quatro) anos;
- III – É criado o Fundo Nacional de Amparo aos Órfãos do Feminicídio – FNAOF, destinado a garantir proteção financeira e educacional aos dependentes.

**Art. 8º** Os municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes deverão manter Delegacia da Mulher com funcionamento ininterrupto, 24 horas por dia.



\* C D 2 5 5 2 1 2 2 7 4 7 0 0 \*



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 02/12/2025 14:38:18.223 - Mesa

PL n.6072/2025

§1º Municípios menores poderão se organizar em consórcios regionais.

§2º Cada unidade deverá possuir equipe mínima composta por psicóloga, assistente social, investigadoras e peritas.

**Art. 9º** Fica criada a Patrulha Nacional Permanente de Proteção à Mulher, com atuação preventiva e resposta máxima de 20 (vinte) minutos às ocorrências envolvendo vítimas com medidas protetivas.

**Art. 10** Fica instituído o Dossiê Nacional de Risco Feminicida – DNRF.

- I – O sistema utilizará critérios objetivos para pontuação de risco;
- II – A base de dados será integrada a segurança pública, saúde e assistência social;
- III – Mulheres classificadas com risco alto terão prioridade absoluta na execução de medidas protetivas.

**Art. 11** Fica criado o Programa Nacional de Prevenção Escolar ao Feminicídio.

- I – Inclusão obrigatória de conteúdo sobre prevenção da violência contra a mulher no Ensino Fundamental e Médio;
- II – Capacitação anual de professores;
- III – Parceria entre o Ministério da Educação e o Ministério da Justiça e Segurança Pública.

**Art. 12** Fica instituído o Programa Nacional de Recompensa por Denúncia de Risco Feminicida, destinado a incentivar denúncias qualificadas que evitem agressões e feminicídios.

§1º O sigilo do denunciante será garantido.

§2º A recompensa será financiada pelos Fundos de Segurança Pública.

**Art. 13** O combate ao feminicídio terá prioridade absoluta nas políticas de segurança pública.

- I – Os entes federativos deverão destinar percentual mínimo de seus orçamentos a políticas de proteção às mulheres;
- II – A União instituirá cofinanciamento obrigatório para estados e municípios.



\* C D 2 5 5 2 1 2 2 7 4 7 0 0 \*



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 02/12/2025 14:38:18.223 - Mesa

PL n.6072/2025

**Art. 14** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias após sua publicação.

**Art. 15** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

#### Senhores(as) Parlamentares,

Os dados recentes revelam um cenário alarmante e absolutamente inaceitável em todo o país. O Brasil registrou, em 2024, **1.463 feminicídios**, o maior número desde a criação do tipo penal em 2015. Isso significa que, em média, **uma mulher é assassinada a cada 6 horas** simplesmente por ser mulher.

A tendência para 2025 é igualmente preocupante: projeções baseadas nos dados do primeiro semestre indicam **crescimento nacional entre 5% e 7%**, podendo ultrapassar **1.500 feminicídios** até o fim do ano caso nenhuma medida extraordinária seja adotada.

Esse panorama nacional se reflete de forma dramática no estado de São Paulo, que registrou **53 feminicídios apenas entre janeiro e outubro de 2025** na capital e **207 em todo o estado**, superando o mesmo período de 2024. Esses números evidenciam que a violência contra a mulher alcançou um patamar crítico e exige resposta imediata do Estado brasileiro.

Os dados mostram que o feminicídio é, na imensa maioria das vezes, um **crime anunciado**: em mais de **70% dos casos**, a vítima já havia sofrido agressões, ameaças, perseguições, ou possuía medidas protetivas que não foram devidamente fiscalizadas. Isso confirma a insuficiência das políticas existentes e demonstra a urgência de instituímos um **novo marco legal robusto, integrado e efetivo em âmbito nacional**.

O presente Projeto de Lei institui o **Sistema Nacional de Prevenção e Combate ao Feminicídio (SINA-FEM)**, um modelo moderno e completo, inspirado nas melhores práticas internacionais, com foco em:

- **Resposta imediata e padronizada** em todo o território nacional;
- **Monitoramento ativo e contínuo de agressores reincidentes**;





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 02/12/2025 14:38:18.223 - Mesa

PL n.6072/2025

- **Integração nacional de dados** entre segurança pública, Justiça, assistência social e saúde;
- **Responsabilização do Estado** em caso de omissão no cumprimento de medidas protetivas;
- **Proteção integral às vítimas**, com atendimento especializado;
- **Suporte garantido aos filhos e dependentes**;
- **Padrão nacional obrigatório de atendimento especializado às mulheres**.

O SINA-FEM representa um **marco histórico**, capaz de colocar o Brasil na vanguarda mundial do enfrentamento ao feminicídio e transformar a prevenção dessa violência em **política de Estado permanente e prioritária**.

Diante da gravidade e da urgência do tema, contamos com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação desta matéria, em defesa da vida e da dignidade de milhares de mulheres brasileiras.

Sala de Sessões, 02 de Dezembro de 2025.

**RIBAMAR SILVA**  
Deputado Federal



**FIM DO DOCUMENTO**